



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1213/2024
(à MPV 1213/2024)

Dê-se ao *caput* do art. 2º da Medida Provisória a seguinte redação:

“**Art. 2º** O Programa Acredita no Primeiro Passo terá foco em territórios de alta vulnerabilidade socioeconômica e priorizará sua atuação junto a idosos, pessoas com deficiência, mulheres, jovens, negros, responsáveis por famílias monoparentais e membros de populações tradicionais e ribeirinhas inscritos no CadÚnico.

.....”

JUSTIFICAÇÃO

O artigo 2º ao listar grupos prioritários albergados pelo Programa Acreditar não poderia deixar de contemplar segmentos cuja vulnerabilidade é amplamente conhecida, quais sejam: idosos, pessoas com deficiência e responsáveis por famílias monoparentais.

Os idosos, pessoas com deficiência e responsáveis por famílias monoparentais enfrentam uma série de desafios que os tornam particularmente vulneráveis e necessitados de políticas que promovam melhorias em suas vidas.

Os idosos, devido ao avanço da idade, muitas vezes enfrentam problemas de saúde crescentes, incluindo doenças crônicas e incapacidades físicas e mentais. Dependendo de pensões ou aposentadorias como principal fonte de renda, podem enfrentar dificuldades financeiras se esses benefícios não forem suficientes para cobrir despesas crescentes. Além disso, o isolamento social é uma



preocupação comum entre os idosos devido à perda de amigos e familiares e à limitação da mobilidade, o que pode levar à solidão e à falta de apoio emocional.

As pessoas com deficiência enfrentam barreiras físicas, sociais e econômicas que dificultam sua participação plena na sociedade. Isso inclui dificuldades de acesso a empregos, educação, serviços de saúde e espaços públicos. Além disso, a discriminação e o estigma podem afetar sua autoestima, oportunidades de emprego e acesso a serviços. Algumas pessoas com deficiência também podem precisar de suporte adicional, como cuidados médicos especializados, equipamentos de mobilidade ou adaptações no ambiente, para viver de forma independente e participar plenamente da vida cotidiana.

Os responsáveis por famílias monoparentais enfrentam desafios financeiros significativos, pois têm a responsabilidade exclusiva de sustentar a família. Isso pode ser ainda mais difícil se houver apenas um provedor de renda na família ou se o responsável tiver habilidades limitadas no mercado de trabalho. Equilibrar trabalho e responsabilidades familiares pode ser extremamente desafiador, resultando em menos tempo disponível para dedicar ao trabalho, educação ou autocuidado. Além disso, as famílias monoparentais muitas vezes têm uma rede de apoio mais limitada em comparação com famílias com dois pais ou cuidadores, aumentando o estresse e a pressão sobre o responsável principal.

Portanto, políticas que visam melhorar a situação desses grupos devem abordar questões específicas, como assistência social, acesso equitativo a cuidados de saúde, políticas de acessibilidade, medidas de combate à discriminação e estigmatização, políticas de conciliação trabalho-família e apoio financeiro adequado. Reconhecendo e abordando as necessidades desses grupos vulneráveis, podemos trabalhar para criar uma sociedade mais inclusiva e justa para todos.

Sala da comissão, 25 de abril de 2024.

Deputado Túlio Gadêlha
(REDE - PE)

